

DIFERENTES CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS PRESENTES NA OBRA *IDEIAS E PRÁTICAS FASCISTAS NO BRASIL*

DIFFERENT HISTORIOGRAPHIC CONCEPTIONS IN THE WORK IDEIAS E PRÁTICAS FASCISTAS NO BRASIL

DIFERENTES CONCEPCIONES HISTORIOGRÁFICAS PRESENTES EN LA OBRA IDEIAS E PRÁTICAS FASCISTAS NO BRASIL

Antônio Alves Pereira Júnior¹

Resumo

O livro *Ideias e práticas fascistas no Brasil*, organizado por Natalia dos Reis Cruz, Doutora em História Social, é o ponto de partida deste estudo. A obra contém nove artigos publicados por estudiosos brasileiros para ampliar o entendimento sobre as ideologias e as políticas fascistas na esfera nacional. Ademais, esta pesquisa se embasa em outros autores e historiadores que discutem o fascismo, para propor um debate acerca do tema, por meio de sínteses de suas principais ideias, de problematizações, e de suas relações com textos clássicos sobre o tema fascismo.

Palavras-chave: Fascismo. Integralismo. Brasil República.

Abstract

The book *Ideias e práticas fascistas no Brasil*, organized by Natalia dos Reis Cruz, PhD in Social History, is the starting point of this study. The work contains nine articles published by Brazilian scholars to expand the understanding upon fascist ideologies and policies in the national sphere. Furthermore, this research is based on other authors and historians who discuss fascism, to propose a debate about the theme, through summaries of their main ideas, problematizations, and their relations with classic texts about fascism.

Keywords: Fascism. Integralism. Brazilian Republic.

Resumen

El libro *Ideias e práticas fascistas no Brasil*, organizado por Natalia dos Reis Cruz, doctora em Historia Social, es el punto de partida de este estudio. La obra contiene nueve artículos publicados por estudiosos brasileños para ampliar la comprensión sobre las ideologías y las políticas fascistas en el ámbito nacional. Además, esta investigación se apoya en otros autores e historiadores que discuten el fascismo, para proponer un debate sobre el tema, por medio de síntesis de sus principales ideas, de problematizaciones y de sus relaciones con textos clásicos sobre el fascismo.

Palabras-clave: Fascismo. Integralismo. Brasil República.

1 Introdução

George Orwell, jornalista e ensaísta político inglês da primeira metade do século 20, muito popular pelas obras *1984* e *Revolução dos Bichos*, em 1944, escreveu em uma coluna de jornal: “De todas as perguntas não respondidas sobre nossa época, talvez a mais importante seja: ‘O que é fascismo?’” (ORWELL, 2017, p. 85). Orwell segue o texto jornalístico

¹ Graduando em História pelo Centro Universitário Internacional — Uninter. E-mail: antonioalvespereirajr1@gmail.com.

argumentando que uma organização americana de pesquisa social fez a pergunta a cem pessoas e, “as respostas foram desde ‘democracia pura’ até ‘demonismo puro’” (ORWELL, 2017, p. 85).

Em 1977, o filósofo brasileiro Leandro Konder, logo na primeira frase de um de seus ensaios, faz a mesma pergunta (KONDER, 1977, p. 3). Evidentemente, o debate sobre o fascismo tem raízes diversas e profundas, assim como possui axiomática relevância para o entendimento do cotidiano e dos contextos políticos atuais. Invariavelmente, a ideia de fascismo ainda continua vaga e rudimentar para a maioria das pessoas, portanto, o presente estudo procura não apenas responder à pergunta de Orwell e de Konder, mas também contextualizá-la e demonstrá-la.

Os artigos presentes na obra “*Ideias e práticas fascistas no Brasil*”, embora de autores diferentes, conversam de forma muito clara entre si, tanto em relação à temporalidade dos acontecimentos, como em sua estrutura textual e metodológica. A leitura cuidadosa da obra deixa essa conexão entre os artigos bastante evidente, e este estudo pretende fazer o mesmo. Para destacar um exemplo, em 1937, ano do golpe que culminou no Estado Novo, de Getúlio Vargas, a divulgação do Plano Cohen (discutido na análise do terceiro artigo), por programas de rádio e de jornais, desencadeou comoção popular e foi o pretexto para continuidade do governo vigente, no combate a uma suposta ameaça comunista de tomada do poder. A extinção da imprensa antifascista (fato exposto no segundo artigo), em 1936, colaborou para que a difusão do Plano e as intenções de Getúlio Vargas não sofressem oposição. Ainda vários outros exemplos poderiam ser dados, no entanto, objetiva-se apenas chamar a atenção do leitor a respeito da relação escalar e temporal entre os acontecimentos.

Afinal, os trabalhos que compõem a obra “*Ideias e Práticas Fascistas no Brasil*” possuem um mérito indiscutível: ousam desafiar a memória nacional. Não por acaso, a obra não possui apenas um assentamento textual museológico em relação ao fascismo e ao integralismo, mas também traz indagações sobre as implicações desses movimentos para o momento brasileiro atual.

Este estudo busca ressaltar, oito anos após o lançamento do livro organizado de Natalia dos Reis Cruz, vestígios de práticas fascistas ainda presentes na política brasileira em 2020.

Embora o fascismo surgido no período entreguerras do século 20 fosse caracterizado por singularidades associadas ao contexto, e a ideologia fascista e suas ramificações tenham alcance limitado na esfera política atualmente, em relação ao controle e aparelhamento do Estado, tais práticas ainda representam ameaça ao exercício democrático, principalmente aos que pensam no bem coletivo não apenas como um conduto espectral político, mas também

como um ideário de supervalorização e como meta de convívio social, não permitidos por ideias fascistas, pautadas em práticas únicas, que não aceitam o debate e o exercício democrático.

2 O fascismo na concepção dos autores brasileiros na obra *Ideias e práticas fascistas no Brasil*

Para a doutora em sociologia Gisele dos Reis Cruz e o historiador Jeronimo Marques de Jesus Filho, autores do primeiro artigo da obra *Ideias e práticas fascistas no Brasil* — intitulado *Fascismos, Modernidade e “Pós-Modernidade”. A “Tentação Conservadora”* — a modernidade e suas transformações produziram um mundo desorientado e totalmente inseguro, como o mais importante fator para indivíduos optarem por ideologias reacionárias e conservadoras.

Em tempos de globalização, a experiência moderna pulverizou qualquer certeza e acirrou todas as impossibilidades. Em tal situação, os indivíduos sentem-se perdidos e voltam a se apegar às tradições, à tentação conservadora. Sentimentos como esses engendram mitos nostálgicos a respeito de um mundo pré-moderno, como se fosse um Paraíso Perdido (CRUZ; JESUS FILHO, 2012, p. 23).

Sobre a questão dos “mitos nostálgicos”, o filósofo nova-iorquino Jason Stanley, pesquisador do fascismo e autor da obra *Como Funciona o Fascismo*, escreve que

A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. Dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todos os itens acima. Mas há uma estrutura comum a todas as mitificações fascistas. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana [...] o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração (STANLEY, 2018, p. 10).

Em sua análise da obra *O medo à liberdade*, de Eric Fromm, Cruz e Jesus Filho (2012) apontam a atomização da sociedade como responsável por destruir antigos laços, por conta da novidade da modernidade, acentuada pela pós-modernidade e sua “pulverização de grandes narrativas”. Por outro lado, na modernidade havia perspectivas políticas melhor demarcadas e facilitadoras do alcance da “sociedade perfeita”. Isto dizia respeito à “esquerda e à direita —, com base em valores que seriam universalizados para toda cultura ou momento histórico” (CRUZ; JESUS FILHO, 2012, p. 32). Embasados na perspectiva de Eric Fromm, os pesquisadores brasileiros concluem que “O medo da liberdade, na acepção de Fromm, revelaria

um desejo de pertencimento a um todo social que desse sentido e significado a existências individuais” (CRUZ; JESUS FILHO, 2012, p. 35).

O segundo artigo da obra, *A Ação Integralista Brasileira (AIB). Nacionalismo, Antissemitismo e Fascismo*, de autoria da organizadora do livro, contextualiza o surgimento da AIB, movimento político autoritário, criado oficialmente em 1932 (e tornado partido em 1935). Plínio Salgado foi seu agente mais atuante, concebeu e fixou suas linhas ideológicas fundamentais. Em 1927, foi eleito deputado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), avidamente associado à oligarquia agrária de São Paulo, seu eleitorado. A autora diz que, por conta de o PRP ter sido derrotado pelo movimento revolucionário durante a Revolução de 30, Plínio Salgado sustentou um posicionamento político ambíguo: “ora engajado em um partido tradicional, ora participando da vanguarda da revolução estética modernista” (CRUZ, 2012, p. 46).

Após a Revolução de 30², o governo brasileiro passou por indefinição ideológica, dividido entre diversas concepções de entendimento sobre o que seria o ideal para o futuro nacional. As principais divisões se constituíam, de um lado, por defensores da convocação de uma Assembleia Constituinte, e do outro, por adeptos do antiliberalismo liderado pelos chefes do tenentismo, defensores da continuidade do governo provisório. Segundo a autora, “Salgado apoia as teses tenentistas, apesar de criticar a apatia ideológica do governo” (CRUZ, 2012, p. 46). Em 1931, Plínio Salgado e seu amigo Alfredo Egydio de Souza, banqueiro, fundaram o jornal *A Razão*, fato decisivo para a consolidação das ideias da AIB. “Nesse jornal ele (Plínio) passa a publicar vários artigos, fixando as bases ideológicas do integralismo e defendendo uma “nova revolução” em uma atitude de hostilidade para com os processos revolucionários de 1930” (CRUZ, 2012, p. 46). Sobre isto, Héliog Trindade, autor do livro *Integralismo, o fascismo brasileiro da década de 30*, afirma: “A partir de 1931 Salgado redige uma ‘nota política’ diária, onde fixa as bases políticas de sua ação futura” (TRINDADE, 1974, p. 89). Em sua primeira publicação no *A Razão*, em 5 de junho de 1931, sob o título *Erros de hoje, perigos de amanhã*, Salgado esclarece os objetivos de sua atividade jornalística:

² Em outubro de 1930, o presidente Washington Luís foi deposto, dias antes do fim de seu mandato. Ele daria lugar a Júlio Prestes (eleito democraticamente em março do mesmo ano), no entanto, uma revolução militar comandada por Getúlio Vargas tomou o poder e Júlio Prestes, inimigo ideológico de Vargas, principalmente ao que dizia respeito às políticas do “café com leite”, jamais chegou a governar o país. Vargas assumiu como presidente interino, com discurso de retomada do sufrágio, fato que nunca ocorreu, o que culminou na Era Vargas, período que se estendeu até 1945. A revolução de 30 foi um acontecimento marcante no republicanismo brasileiro, encerrou a Primeira República, demarcada por um hegemônico sistema oligárquico. Contudo, a reviravolta trouxe consequências graves para a democracia brasileira, pois, embora Getúlio Vargas tenha governado para o povo, suas ações governamentais beiravam o totalitarismo — o que fica claro, sobretudo, a partir da Constituição de 1937, como aponta Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos*: “Na América Latina a influência fascista europeia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil” (HOBSBAWM, 1995, p. 136).

No Brasil, não há ainda um sentimento coletivo de interesse nacional. Cumpre-nos, ao iniciar a discussão dos problemas que este momento nos suscita, declarar, como base de nossa orientação segura, que — não há interesses estaduais, diante dos supremos interesses nacionais. Colocando-nos neste ponto de vista de nacionalismo integral, é que iniciamos a nossa ação jornalística neste trepidante momento da vida brasileira. Nesta nota diária, iremos traçar a linha de um pensamento político, procurando marcar os rumos que nos parecem mais acertados às nossas condições e necessidades (A RAZÃO, 1931, p. 3 apud TRINDADE, 1974, p. 89).

De acordo com Cruz (2012), no jornal *A Razão*, “Salgado passa a defender a ditadura e a extinção dos partidos políticos, com a implantação de um partido nacional único” (CRUZ, 2012, p. 46). A tese do unipartidarismo, conforme Salgado, objetivava conquistar o poder “extinguindo qualquer forma de oposição aos propósitos da ‘nova revolução’ integralista” (CRUZ, 2012, p. 48).

As concepções de Estado de Salgado iam desde a crítica ao liberalismo até as ideias de disciplina, hierarquia e renovação espiritual, diante do materialismo capitalista e do forte nacionalismo, pilares que, se reconstruídos, restabeleceriam as bases ideológicas para uma “nova revolução”. A partir do termo “nova revolução” utilizado nas colunas de Salgado — sempre em antagonismo à Revolução de 30 — que Cruz (2012) faz comparações bibliográficas entre Marilena Chauí e Ricardo Araújo, a fim de problematizar o debate a respeito de o integralismo ser ou não um movimento fascista.

Marilena Chauí considera o integralismo uma importação do movimento autoritário europeu de tipo nazifascista, afirmando que a ideologia autoritária brasileira utiliza o pensamento europeu nacionalmente, preenchendo-o com conteúdos locais. [...] Já Araújo, constrói sua análise sobre o integralismo plíniano a partir da premissa de que a AIB não pode ser simplesmente uma cópia do fascismo europeu e, portanto, uma versão radical do conservadorismo, onde se concentram em maior grau e intolerância, a desigualdade e o autoritarismo. Primeiro, porque havia, nos discursos integralistas, a presença de um “espírito revolucionário”, e segundo, porque a renovação da sociedade estava atrelada a uma intensa mobilização de todos os setores da sociedade brasileira [...].

Apesar de criticar a ideia de mimetismo, Araújo enfatiza que os movimentos autoritários do período compartilhavam um “fundo fascista”, composto pelos seguintes elementos: resolução da questão social e da expropriação capitalista através da colaboração entre as classes, e não da luta de classes (CRUZ, 2012, p. 50-51).

Durante os anos 30 do século 20, período no qual a Ação Integralista Brasileira esteve em plena atividade, a cultura brasileira foi marcada pelo debate da *brasilidade*, dividida em teorias racialistas de embranquecimento, supostamente amparadas em ciência e racionalidade. Em oposição a elas, a preocupação entre artistas, intelectuais e políticos do alto escalão foi a de restabelecer o entendimento popular e firmar uma expressão autêntica da nação. Isto desenvolveu uma positiva “democracia racial”, pautada na ideia de um país sem preconceitos, tendo em vista a miscigenação do povo brasileiro.

As historiadoras Fernanda Ribeiro Haag e Natalia de Santanna Guerellus falam que “A democracia racial substituiu as teorias de embranquecimento e racialistas”³ (GUERELLUS; HAAG, 2019, p. 142). Tal fenômeno se torna visível nessa época, pois, obras consagradas da literatura nacional que tratam do tema da naturalização da miscigenação começaram a surgir. Alguns exemplos clássicos são: *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, de 1942. Também outros setores tiveram avanços quanto a isso, como o rádio, no qual o programa *Hora do Brasil*, criado em 1935, difundia o ideário oficial, e artistas como Wilson Batista, Ataulpho Alves e Felisberto Martins compunham músicas que firmavam convicções nacionais a respeito do trabalho e do cotidiano. Até mesmo no futebol se pode observar a construção da brasilidade, por meio do qual havia a tentativa de definir a identidade nacional:

Enquanto o futebol europeu é uma expressão apolínea de método científico e de esporte socialista em que a ação pessoal resulta mecanizada e subordinada à do todo, o do brasileiro é uma forma de dança, em que a pessoa se destaca e brilha (FREYRE, 1945, p. 432 apud MARANHÃO, 2006, p. 433).

Em antagonismo às concepções de democratização racial e de criação da identidade nacional, as teorias racialistas de embranquecimento enfatizavam ideias que pudessem garantir a identidade brasileira, porém, de maneira não pautada na cultura nacional, da miscigenação, do afro, do futebol, da capoeira, etc., mas sim na total identificação com a visão europeia de certos grupos de intelectuais do fim do século 19, os quais discorriam sobre o “darwinismo social”, segundo o qual definir determinadas raças como inferiores seria “resultado da análise dos genes e de suas influências sobre o comportamento humano” (CRUZ, 2012, p. 53), e que:

Ancorados na ciência, esses pensadores acreditavam na legitimidade de suas ideias, apresentando uma concepção racista profundamente explícita em seus discursos. O pressuposto do caráter científico de suas análises parecia absolvê-los de qualquer acusação de cunho moral, visto que estariam apenas revelando a “real natureza das coisas”.

³ Apesar de a democratização racial ter sido um ponto positivo para vencer a ascensão das preconceituosas teorias de embranquecimento, há de se considerar que também foi um objeto de influência de massas, através do qual o governo autoritário de Getúlio Vargas buscou apoio para controlar e conter conflitos sociais na esfera pública. De acordo com Capelato (1999, p. 167): “O varguismo não se define como fenômeno fascista, mas é preciso levar em conta a importância das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política. No Brasil a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação revelam a inspiração europeia”. A propaganda sempre foi uma preocupação do governo Vargas, desde o governo provisório de 1931, quando foi criado o Departamento Oficial de Publicidade. Após três anos, criou-se o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (CPDC) e, durante o Estado Novo, em 1938, o DPDC se tornou Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Em 1939, por decreto presidencial, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em lugar do DNP. O DIP foi fundamental para a organização da propaganda e para o controle dos meios de comunicação durante o Estado Novo, sendo resultado da ampliação da intervenção do Estado na cultura. Sua função era esclarecer a opinião pública sobre a doutrina do regime varguista.

O integralismo retirou a discussão sobre a questão racial do campo das ciências e da razão e transportou-a para o campo da moral e dos valores, dando-lhe um aspecto humanitário (CRUZ, 2012, p. 53).

Ao refletir sobre o fato de as teorias raciais do fim do século 19 e início do século 20 ocuparem parte das discussões científicas, Hannah Arendt, historiadora que contribuiu enormemente para o arcabouço teórico das críticas aos regimes totalitários, aponta que:

Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica [...] seu poder persuasório fascina também cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo (ARENDR, 2012, p. 235).

Cruz (2012) demonstra que o integralismo concordava com as teses racialistas, no entanto, de modo bastante moderado, e pela inversão do campo da cientificidade para o da moralidade, para assim poder criticá-las.

A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu “imperialismo racista” (CRUZ, 2012, p. 54).

Por fim, Cruz (2012) afirma que os integralistas se aproveitavam desse discurso para defenderem uma sociedade “una e indivisa”, que seria alcançada apenas por “valores espirituais (cristãos)”. O discurso integralista estaria aparelhado com “harmonia entre os indivíduos em oposição ao materialismo e ao individualismo”, desconsiderando ideias que desenvolvessem outras propostas sobre a reconstrução nacional e o futuro do país. Além disso, os integralistas, ao olharem para a história do descobrimento do Brasil, defendiam o colonizador europeu de modo a colocá-los como responsáveis por fazer com que a “integração cultural cimentada pelo cristianismo se predominasse”. Assim, pareciam concordar com a ideia da miscigenação, porém, apenas se fossem concretizadas no nicho de seus ideais; ou seja, ao mesmo tempo em que discordavam das concepções mais tradicionais das teorias racialistas de embranquecimento, supunham que o projeto de miscigenação deveria estar pautado nas tradições históricas, culturais e religiosas da nação — sempre dentro de seu próprio entendimento de homogeneidade cultural. Cruz (2012) aponta ocultarem isso “utilizando-se do véu da história, da moral e da ética cristã” (CRUZ, 2012, p. 55-56).

Para se firmar como movimento legítimo, o integralismo buscava o controle da máquina estatal, para facilitar a formação de sua comunidade ideal, na qual a ação humana seria limitada pelos valores cristãos, essenciais para seu projeto distorcido sobre a miscigenação nacional:

[Valores cristãos eram] utilizados para dar aparência de “bondade” e “boa intenção” [...], não que os adeptos do integralismo não fossem de fato cristãos, mas o culto ao cristianismo não era empecilho ao discurso racista clássico, e sim um meio de legitimar as ideias do movimento (CRUZ, 2012, p. 58).

No terceiro artigo, intitulado *Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista*, produzido pelos historiadores Leandro Pereira Gonçalves e Renata Duarte Simões, há considerações a respeito das mutações do espaço urbano e da expansão econômica inerentes ao início do século 20, e que possibilitaram transformações em relação às mulheres, principalmente as de “classe média e alta que passaram a se fazer mais presente não só nas manifestações político-partidárias, como também no mercado de trabalho” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 61). Essas mudanças, segundo os autores, causaram tensões e conflitos, posto que havia na sociedade da época uma discussão constante sobre abandono familiar pela mulher.

Gonçalves e Simões (2012) embasam seu artigo principalmente em jornais antigos que enfatizavam as ideias integralistas. Conclui-se que, apesar de a Ação Integralista ter estimulado a mulher a trabalhar e se emancipar em relação ao lar, tal processo também pode ser entendido como separação clara entre as funções dos gêneros e de seus papéis, isto é, assentava-se na ideia de que o temperamento da mulher caracteriza-se pelo “alterocentrismo”, com capacidades naturais de dedicação materna e sensibilidade, enquanto o do homem possuía tendência natural ao “egocentrismo”, ao qual caberia o “raciocínio, a análise e a abstração” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 65).

O integralismo entendia que deveriam ser designados trabalhos específicos para as mulheres, relacionados principalmente aos setores educacionais e assistencialistas, como professora ou enfermeira. Além disto, conscientizariam outras mulheres sobre “educação sanitária” e “medicina preventiva”. Os autores também destacam que “dentre as áreas nas quais as atividades sociais eram realizadas pelo movimento, a maternidade recebia uma atenção muito especial, visto que representava o lugar da evolução e preservação da família” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 68). Em contraposição às funções sociais da mulher — com intuito de resguardá-la para promover sua saúde e da prole — “o espaço da rua era sempre caracterizado como inóspito e perigoso para as futuras mães e para as jovens senhoras, por ser um lugar em que circulavam muitas doenças” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 69).

Apesar das atividades filantrópicas realizadas pelas mulheres integralistas, a consolidação dessa classe está totalmente relacionada às evoluções sociais desse período; por exemplo, “em 24 de fevereiro de 1932, apesar da reivindicação pelo voto feminino não ser de todo consenso da sociedade da época, o direito ao voto foi concedido às brasileiras maiores de

21 anos e alfabetizadas” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 72). A AIB entendeu essas transformações e buscou conquistar esse novo eleitorado por meio de suas campanhas, porém, uma concepção nunca foi rejeitada: a de que o “trabalho fora de casa como ocupação deveria ser abandonado sempre que se impusesse a missão feminina de mulher e de mãe” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 75). Quanto a isto, o filósofo Stanley diz que a “ansiedade sexual é algo típico da política fascista, pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela igualdade de gênero” (STANLEY, 2018, p. 8).

O objetivo principal dos historiadores Gonçalves e Simões (2012) é demonstrar que a ação das mulheres integralistas ia muito além do que os próprios integralistas (homens) esperavam delas, ou seja, “para além dos papéis de ‘professora’ e ‘mãe de família’; ocupavam as funções de dirigentes de revistas, escritoras, oradoras, etc.” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 78). Os historiadores também destacam que mulheres comumente escreviam colunas para os jornais de nicho integralista e que esses textos eram redigidos não apenas para o público feminino, mas também para o masculino, desse modo “[elas] não ocupavam somente o papel de mãe, esposa e professora, como o segmento mais conservador da AIB desejava” (GONÇALVES; SIMÕES, 2012, p. 79).

No quarto artigo da obra *Ideias e práticas fascistas no Brasil*, chamado *Fascismo, antifascismo e os italianos no Brasil entre as duas guerras mundiais*, escrito pelo doutor em História Social, João Fabio Bertonha, objetivou-se demonstrar que “a situação de conflito entre o fascismo e o antifascismo atravessou todos os países de imigração italiana, como o Brasil, a Argentina, o Canadá, a França, os Estados Unidos, etc.” (BERTONHA, 2012, p. 83). No entanto, segundo o autor, em cada país houve especificidades locais⁴, e em seu artigo trata principalmente das particularidades do conflito no Brasil.

A Ação Integralista Brasileira e o governo totalitário de Getúlio Vargas, em suas políticas de controle de massas, chamaram atenção do governo fascista italiano. O PNF (Partido Nazionale Fascista) encontrou no Brasil um movimento de identificação ideológica do qual poderia tirar proveito para confirmação de seus ideais, tão positivos — ao menos na perspectiva do partido — que se propagaram pelo mundo.

“No Brasil, o governo italiano teve esperanças concretas de aumentar sua influência e centrou tais esperanças na sua relação com o governo Vargas e, especialmente, com o forte

⁴ Do mesmo modo como, internacionalmente, o governo fascista italiano de Mussolini tinha políticas que se adaptavam aos ambientes e as suas características específicas, igualmente acontecia na própria Itália. É o que aponta Konder: “Giovanni Zibordi (colega de Mussolini), notou que o fascismo se adaptava, de maneira nitidamente oportunista, às condições especiais de cada região da Itália, apresentando-se ora como republicano, ora como monarquista, fazendo demagogia ‘obreirista’ em Ferrara e desencadeando uma feroz repressão anti-sindical em Lomellina, etc.” (KONDER, 1977, p. 34). Konder alude ao fato indicando a obra *Crítica socialista del fascismo*, de Rodolfo Mondolfo.

movimento fascista local, o integralismo” (BERTONHA, 2012, p. 84). O governo fascista da Itália também sentia que poderia se aproveitar do prestígio de defesa dos mesmos interesses culturais e econômicos construídos no Brasil, principalmente em relação aos interesses das classes médias e altas de origem italiana emigradas para o país. Em razão disto, “o governo italiano via na entrada maciça dos filhos de italianos na Ação Integralista um instrumento-chave para ampliar sua influência” (BERTONHA, 2012, p. 85). Por outro lado, as classes baixas de origem italiana que residiam no Brasil “revelaram-se grupos menos atingidos pela propaganda fascista, onde as adesões reais ao fascismo foram menores e o antifascismo conseguiu mais apoio” (BERTONHA, 2012, p. 87).

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, muitas variações sobre o entendimento do fascismo e do antifascismo passaram a gerir o imaginário popular dos colonos. Sua relação com a ideologia fascista italiana, de identificação ou não, muitas vezes era difusa e rudimentar.

Por conta de o Brasil das décadas de 20 e 30 — período em que o fascismo esteve em alta na Itália — possuir políticas públicas de controle de massas do varguismo e partidos fortes em plena ascensão que flertavam fortemente com o fascismo, como a AIB, as ideias fascistas foram bem difundidas no país. Contudo, o mesmo não aconteceu, por exemplo, nos vizinhos, Argentina e Uruguai, “onde uma cultura menos autoritária permaneceu forte e manteve um clima laico, de defesa da democracia e antifascista por quase todo período entreguerras” (BERTONHA, 2012, p. 91). Assim, o Brasil constituía-se perfeito para a disseminação da ideologia fascista, por não possuir “um movimento antifascista forte e capaz de contra-atacar sistematicamente a propaganda fascista voltada aos imigrantes” (BERTONHA, 2012, p. 91).

Outro fator que contribuiu para desestimular o crescimento do antifascismo no Brasil foi o enfraquecimento, até a extinção, da imprensa antifascista, em São Paulo, representada pelo jornal *La Difesa*, fundado em 1923, sob o comando, principalmente, de “Antonio Piccarolo, um socialista moderado italiano radicado no Brasil” (BERTONHA, 2012, p. 92), além de outros democratas e anarquistas em geral. O mesmo acontecia em outros setores diferentes da imprensa, o que, aliás, era outro problema para a consolidação do antifascismo, pois, essas divisões internas dos grupos que se contrapunham aos ideais fascistas resultava em desvios do combate ao seu inimigo comum, o fascismo, deixando-o mais livre para se alastrar.

Isso era percebido claramente pela imensa maioria dos antifascistas e pela própria polícia italiana, satisfeita pelos antifascistas gastarem suas forças uns contra os outros ao invés de combater o consulado, o *fascio* e outros órgãos fascistas em São Paulo (BERTONHA, 2012, p. 94).

As organizações antifascistas no Brasil dos anos 30 eram fracas também por conta de os partidos de esquerda ainda serem novos e pouco influentes. Ademais, os brasileiros de classes mais baixas entendiam que a luta contra o fascismo era “coisa de italiano”. Tal concepção só veio a mudar a partir da repressão e do golpe varguista de 1937, período no qual a Constituição passou a ser alterada em proveito de um caráter centralista, autoritário, antidemocrático, populista e nacionalista de Estado forte. As justificativas para atos como a abolição da atividade sindical, o decreto que considerou a ANL (Aliança Nacional Libertadora) uma organização ilegal composta por membros “subversivos”, as censuras promovidas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)⁵ para exaltação de ideologias ufanistas e do trabalho, em detrimento de culturas regionalistas— iam desde insanos complôs como o Plano Cohen⁶, ao apoio das forças armadas⁷, as quais atenderiam aos supostos anseios populares.

Apesar do caráter antidemocrático do golpe de estado varguista, bem como dos discursos que buscavam principalmente influenciar as massas “devemos ter claro que o regime brasileiro não era fascista ou uma mera reprodução do fascismo europeu; guardava proximidades e tinha influências, mas mantinha sua singularidade” (GUERELLUS; HAAG, 2019, p. 106). Todo esse contexto contribuía para que filhos de italianos (e também de alemães) imigrantes no Brasil se achegassem aos movimentos integralistas, “especialmente no Sul e Sudeste do país, que em boa medida aderiram ao movimento por este apresentar uma alternativa política para os filhos que queriam se afirmar como brasileiros e se inserir num sistema político fechado” (BERTONHA, 2012, p. 98).

No quinto artigo, *Imagens a serviço da propaganda política da Ação Integralista Brasileira*, de Tatiana da Silva Bulhões, mestra em História, objetivou-se demonstrar o esforço da AIB para conquistar e manter adeptos por meio da propaganda política, da imagem como

⁵ O DIP censurava peças teatro, filmes, programas de rádio, literatura, etc.

⁶ O Plano Cohen foi um documento divulgado em setembro de 1937 por toda a imprensa nacional, dominada por jornais estatais e integralistas, o qual continha a denúncia de um plano de dominação comunista. Getúlio Vargas se aproveitou da comoção popular causada pelo suposto plano para, em 10 de novembro de 1937, com o auxílio do exército, fechar o Congresso, outorgar uma nova Constituição, e, meses depois, extinguir todos os partidos políticos de seu exercício, inclusive a AIB. “A extinção dos partidos só foi, entretanto, formalizada em 2 de dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 37, assinado pelo presidente Getúlio Vargas conforme a atribuição que o artigo 180 da Carta Magna lhe conferia” (PARTIDOS..., [s.d.]). Em 1945, oito anos depois, a verdade veio à tona: o documento, que se chamava Cohen em referência ao líder comunista da Hungria, Bela Cohen, fora forjado por Olímpio Mourão Filho, um militar de grande influência dentro da Ação Integralista Brasileira.

⁷ No texto original, de autoria do jurista Francisco Campos, em 10 de novembro 1937, aprovado pelo então presidente Getúlio Vargas, a *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* inaugura o regime político brasileiro do Estado Novo e o golpe de estado varguista. Nela, encontram-se os seguintes trechos: “Attendendo ao estado de apreensão creado no paiz pela infiltração communista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda [...] Com o apoio das forças armadas e cedendo ás inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas deante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e politicas; Resolve assegurar á Nação a sua unidade, o respeito á sua honra e á sua independencia, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz politica e social, as condições necessarias á sua segurança, ao seu bem estar e á sua prosperidade; Decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o paiz [...]” (PORTO, 2012, p. 57).

peça fundamental para a divulgação de seus ideais, principalmente para públicos leigos e não letrados.

A análise de caricaturas e fotografias na imprensa integralista exemplifica o uso de várias imagens, a fim de conquistar os corações e mentes dos leitores, tais como imagens e símbolos cristãos (como a figura do diabo, representando o mal, ou o Cristo crucificado) para depreciar os comunistas (BULHÕES, 2012, p. 102).

Os intelectuais integralistas da década de 30 se viam como os únicos responsáveis por levar cultura aos “menos letrados”. As imagens eram um incentivo emocional para adesão aos ideais integralistas. Entretanto, segundo Bulhões (2012), “aos mais cultos, considerados mais aptos para aprender a doutrina, a abordagem deveria ser feita por meio de livros” (BULHÕES, 2012, p. 105). Tal elitismo segregava grupos, determinava os dominantes e os dominados de uma forma absolutamente totalitária.

Em 1934, no Primeiro Congresso Nacional da AIB, criou-se a SNP (Secretaria Nacional de Propaganda), com função semelhante a do DIP, do governo Vargas. Entretanto, prestava-se mais aos interesses integralistas do que aos governamentais, para analisar e censurar conteúdos midiáticos que não se adequassem aos critérios de seus órgãos de comunicação espalhados por todo o país. Além disso, essa secretaria avaliava pedidos de autorização de pessoas ou de empresas que quisessem criar ou fabricar produtos destinados à propaganda integralista. Seu objetivo maior era filtrar a propaganda em prol de maiores resultados, sempre em busca do engajamento de mais pessoas, “a Secretaria Nacional, obtinha informações sobre os ‘setores de propaganda’ (igrejas, fabricas, colégios, hospitais, entre outros) de cada município” (BULHÕES, 2012, p. 108).

Bulhões (2012) compara a propaganda integralista às propagandas nazistas, “não com intuito de afirmar que o integralismo e nazismo são ‘cópias’ um do outro, mas sim de problematizar suas práticas” (BULHÕES, 2012, p. 112). Os elementos sempre presentes nas realizações culturais de movimentos fascistas são: “a impressão de unanimidade”, “as filas simétricas” e a “exaltação dos mártires do movimento” que, quando exibidas no cinema, por exemplo, tinham a intenção de “contagiar a platéia” (BULHÕES, 2012). Aliás, a exibição de imagens e desenhos em jornais, o ufanismo dos filmes, objetivavam a exaltação das lutas contra os inimigos dos integralistas, isto é, “os comunistas, a ‘liberal-democracia’ e os judeus” (BULHÕES, 2012, p. 109), o que entra em conformidade com a temática cristã. Sendo assim, em vez da morte de Cristo para salvar a humanidade, sublimava-se a luta dos chefes dos movimentos pelos interesses ideológicos do partido, os quais, teórica e intelectualmente,

sempre estavam vinculados ao cristianismo. Um exemplo disto é a obra *Vida de Jesus*, de Plínio Salgado.

A autora destaca a produção de objetos utilizados para afirmação da militância integralista, os quais ostentavam o sigma (Σ^8), ou imagens de Plínio Salgado, em broches, distintivos, gravatas, fivelas, medalhas e até mesmo cartões de visitas de profissionais ligados ao movimento. Diante de todas essas considerações, conclui-se que o recurso às imagens foi importantíssimo para a AIB, não só para “conquistar os corações” dos “menos letrados”, mas também para estabelecer supremacia no cotidiano nacional.

No sexto artigo, *O nazismo no Brasil: uma breve leitura sobre a organização e a estrutura do partido*, da Doutora em História Política e Social das Ideias, Nara Maria Carlos de Santana, encontram-se características organizacionais e estruturais da atividade nazista no Brasil, bem como de sua relação com o integralismo:

A ideologia nazista começa a influenciar parte do pensamento da colônia alemã no Brasil já no início da década de 20, através da *Volksbund für das Deutschum im Ausland* (órgão da imprensa dessa colônia) e com a entrada de novos imigrantes — entre eles, vários membros do partido na Alemanha — chegados nesse período. Mas é no início dos anos 30 que o nazismo no Brasil irá se institucionalizar, formalizando, assim, a sua atuação no país com a fundação da *Ausland Organization* (AO — Organização no Exterior) (SANTANA, 2012, p. 121).

Foram outros fatores para o estabelecimento do nazismo no Brasil: a chegada de colonos alemães ao Brasil na década de 30, por conta do processo de imigração gerado pela crise econômica pós-guerra na Alemanha; as políticas de divulgação ideológica internacional do partido nazista (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)⁹, o NSDAP (sigla para *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*), instalado no Rio de Janeiro, então distrito federal, além dos consulados em São Paulo, Curitiba, São Francisco, Porto União, Joinville e Salvador.

⁸ Segundo Héglio Trindade, “O integralismo atribui muita importância aos símbolos. Entre estes, o principal é a letra grega sigma maiúsculo, que pretende simbolizar a ideia de que o movimento pretende ser um “somatório”: ela lembra que o nosso Movimento é no sentido de integrar todas as Forças Sociais do País na suprema expressão da Nacionalidade. Além desta interpretação, os Protocolos invocam outras significações ao símbolo: é a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra ‘Deus’, ou também a ‘estrela polar do hemisfério sul’” (TRINDADE, 1974, p. 196-197).

⁹ Há, no Brasil polarizado dos últimos anos, uma intensa discussão sobre o termo “socialista”, tal como aparece no nome do partido nazista alemão. Direitistas argumentam que essa seria uma evidência para classificar o nazismo ideologicamente como de esquerda, porém, tal concepção é errônea. O próprio Hitler, em 1923, enquanto esteve preso após tentativa malsucedida de golpe de estado, escreveu em seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta): “Neste mundo, porém, quem não se dispuser a ser odiado pelos adversários não me parece ter muito valor como amigo. Por isso, a simpatia desses indivíduos era por nós considerada não só inútil, mas prejudicial. Para irritá-los, adotamos, de começo, a denominação de Partido para o nosso movimento, que tomou o nome de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães [...] A cor que escolhemos foi a vermelha, não só porque chama mais atenção como porque, provavelmente, irritaria os nossos adversários e faria com que eles se impressionassem conosco” (HITLER, 2001, p. 265-266). Além disso, há outras centenas de evidências historiográficas que explicam o termo “socialismo” contido no nome do partido. Para mais informações, ver: *Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX*, na Revista: RBHCS; o artigo do doutor em História, Bertone de Oliveira Silva, que contextualiza e esclarece todas as diferenças e sutis semelhanças entre o nazismo alemão e o comunismo soviético.

Segundo a autora, o local com maior número de membros filiados ao partido era Santa Catarina, pelo fato de “[...] Santa Catarina, ter sido o estado que recebeu o maior número de imigrantes alemães” (SANTANA, 2012, p. 123). Mas, vale ressaltar que os imigrantes alemães não eram, em sua maioria, adeptos do nazismo, “No Brasil, o número de membros do partido (2900 em 1939), não alcançou o equivalente a 5% da população germânica imigrante, no entanto, muitos simpatizantes de origem alemã, japonesa e brasileira não foram registrados” (SANTANA, 2012, p. 125).

Santana (2012) descreve também alguns importantes trechos da *Ausland Organization*, nos quais estão expressos os direitos dos alemães no exterior em relação à germanidade, bem como as intenções dessa organização, para esclarecimento dos imigrantes em diversos países, com o propósito de lembra-los de que sua pátria era a Alemanha, e o país no qual então se encontravam, sua terra de hospedagem, na qual poderiam manter o espírito e a cultura alemães. A autora, em suas hipóteses, concluiu que, apesar de a comunidade alemã, particularmente entre os adeptos do partido nazista no Brasil, não ser considerada o foco da ação do NSDAP, o nazismo buscava meios de “recuperar e cooptar sua ‘comunidade imaginada’ onde quer que ela estivesse” (SANTANA, 2012, p. 129). Por “comunidade imaginada”, devemos entender o mito da raça ariana, sua adesão ao militarismo expansionista, fortemente ligado ao “espaço vital”. Segundo este conceito, “a raça dominante tem o direito à expansão geográfica, nele se situa o caráter imperialista do nazismo, sua concepção de domínio do mundo, expressão do pangermanismo, figurada no militarismo e na valorização das ideias heróicas” (SANTANA, 2012, p. 127). Em 21 de março de 1940, George Orwell publicou uma resenha no jornal *New English Weekly* sobre uma nova edição do *Mein Kampf*, então recém-lançada, sobre a qual escreveu: “O que ele [Hitler] imagina para daqui a cem anos, é um estado contínuo com 250 milhões de alemães com abundante “espaço vital”, estendendo-se até o Afeganistão ou arredores” (ORWELL, 2017, p. 28).

No Brasil, o nazismo teve apoio dos integralistas, principalmente na região sul. Entretanto, sustentavam concepções ideológicas mais próximas do fascismo do que do nazismo, por propagarem a fusão racial — mais pautada na ideia de moralidade que de cientificidade, como já vimos anteriormente — e o nazismo não. Apesar da divergência fundamental, havia afinidades em vários aspectos, como em relação ao forte nacionalismo e à oposição aos ideais democráticos e comunistas. Por fim, Santana, a partir de fontes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, diz o seguinte:

A literatura integralista foi traduzida maciçamente para o alemão, e o governo nazista enviava dinheiro para a AIB [...] De qualquer forma, é importante ressaltar que não existem evidências da possibilidade de um complô nazi-integralista contra o governo brasileiro (SANTANA, 2012, p. 130-131).

No sétimo artigo, *O integralismo e a contrarreforma moral e intelectual nos anos 1950*, do Doutor em História, Gilberto Calil, destaca-se a característica integralista da “revolução interior”, evidenciada a partir das atividades na trajetória do PRP (Partido de Representação Popular), ativo entre 1945 e 1965, logo após o exílio de Plínio Salgado em Portugal, acusado de participação no levante integralista, o qual tentou um contragolpe no Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1939. O integralismo e o PRP reerguidos em 1945, depois do levante de 1939 e do fim do exílio de Salgado, mantinham o espírito do movimento dos anos 30, “marcado por uma concepção ultraconservadora e por uma visão hierárquica de sociedade cujo elemento central era a defesa da “ordem”, da “disciplina” e da “obediência, para a formação de uma aristocracia intelectual e moral” (CALIL, 2012, p. 135-136).

Os anos 50 foram marcados pelo início da ascensão escalar da Guerra Fria, bem como pelo descrédito de ideias autoritárias e fascistas, muito por conta dos resultados lamentáveis da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os integralistas se dispuseram a construir um novo instrumento político, para uma cuidadosa intervenção no sentido de “suprimir todos os sinais visíveis que estabelecessem vínculos com o ideário do fascismo (organização paramilitar, uso de uniforme, etc.)” (CALIL, 2012, p. 136). De volta do exílio em 1946, Plínio Salgado definia cinco atividades para a contrarreforma integralista, por meio das ações política, social, intelectual, cívica e moral espiritual. “Na prática, a ação política continuava recebendo prioridade absoluta, praticamente nada sendo encaminhado nas demais esferas, exceto a constituição do jornal *Idade Nova*, que circulou semanalmente entre 1946 e 1951” (CALIL, 2012, p. 137).

Outra tentativa de reorganização dos integralistas foi o lançamento da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), a qual visava formação política e doutrinação de jovens segundo as concepções ideológicas do PRP. O objetivo da CCCJ era a organização de grupos esportivos, de comemorações cívicas, de palestras e de congressos políticos, de peregrinações a lugares históricos, de lançamento de boletins e revistas, etc. Como visto, a reflexão do artigo de Calil (2012) é iniciada a partir da expressão “revolução interior”, forjada pelos integralistas, semelhante à “reforma moral e intelectual” de Antonio Gramsci, pensador marxista italiano que propôs o rompimento com a cultura, a fim de promover uma verdadeira reforma ideológica, antagônica do fascismo. “Parece-nos possível caracterizar o projeto integralista como ‘contrarreforma moral e intelectual’ tendo em vista que os propósitos pretendidos na ‘revolução

interior' eram diametralmente opostos ao programa de Gramsci". Para fundamentar sua afirmação, Calil diz que "em inúmeras ocasiões, Salgado expressou sua inveja em relação à eficácia do conjunto de instrumentos constituídos pelos comunistas" (CALIL, 2012, p. 137). Nas palavras de Plínio Salgado: "O problema da cultura popular [...] só será resolvida forjando-se uma geração que possa fazer valer em face da *inversão de todos os valores*, os legítimos direitos de orientação de uma forte aristocracia intelectual e moral"¹⁰.

Outras ações contribuíram para o estabelecimento dessa "contrarreforma moral e intelectual". Em 1951, com o fim do jornal *Idade Nova*, a imprensa integralista ficou enfraquecida. No ano seguinte, o PRP organizou campanhas para financiar o lançamento de um novo jornal, o *A Marcha*, ativado em 1953. Seus diretores e redatores eram dirigentes do PRP, cujo objetivo se mantinha o de formar uma mentalidade nacionalista cristã e de combate ao comunismo. Em 1957, o PRP fundou a União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), semelhante a um sindicato, que se espalhou por diversos estados brasileiros para difundir códigos de ética integralistas entre camponeses e operários. Sua luta principal era contra o aumento de impostos, visando à união dessa classe para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção — o que resultaria na independência econômica do Brasil. No mesmo ano, Salgado também tentou consolidar o Movimento Nacional Brasileiro (MNB), novamente por intermédio de arrecadação de fundos, em programas de rádio. O movimento pretendia promover vínculos entre as ações integralistas.

Salgado planejou o lançamento do MNB pretendendo que assumisse a função de órgão coordenador das diversas ações integralistas. Tal perspectiva, no entanto, não se confirmou, o que parece se dever, além das dificuldades de arrecadação de recursos, às opções políticas do próprio Salgado, em especial a partir do momento em que, no final de 1957, aprovou a participação do PRP no governo de Juscelino Kubitschek (CALIL, 2012, p. 154).

Calil (2012) mostra que um dos principais investimentos de Salgado em prol da contrarreforma moral integralista era a espiritualidade: "Salgado defendia a subordinação de todas as ações humanas aos princípios espirituais" (CALIL, 2012, p. 157-158). O líder integralista escreveu diversas vezes a respeito de sua contrariedade em relação ao materialismo marxista, que seria responsável por perverter o mundo e a sociedade, como resultado de um retraimento da espiritualidade da população. Para evitar tal destino, o homem teria o dever de tomar consciência do seu propósito sobrenatural e verdadeiro.

¹⁰ Calil cita a coluna de Plínio, *A verdadeira missão da Juventude*. In: A MARCHA, Rio de Janeiro, 13 nov. 1953.

Por fim, também não se modificaram as intenções a respeito do papel da mulher no período integralista pós-revolução de 30, e pós-golpe varguista de 37. Mantinha-se o vínculo excessivo à maternidade, ao lar e aos círculos familiares em geral, sob a justificativa de defesa e proteção da mulher. Além disso, segundo Calil (2012), Salgado defendia pretextos medievais com textos obscurantistas, a fim de defender a ideia de que teríamos por ordenamento principal a manutenção da vida espiritual e a fé em Cristo como rei que aboliria todas as ideias materialistas.

A reivindicação do espiritualismo cristão em uma acepção fundamentalista anticomunista e ultraconservadora determinavam os rumos do projeto integralista de contrarreforma moral e intelectual, indicando um projeto de sociedade inspirado no período medieval, na qual o papel da mulher era claramente subordinado e onde o poder político estaria necessariamente submetido às contingências impostas pela religião (CALIL, 2012, p. 161).

Após a leitura de Calil (2012) e de tudo que foi tratado até aqui, conclui-se que a política integralista mantém afinidades com o fascismo em suas concepções ideológicas. Suas ações, embora articuladas sistematicamente em prol da execução de um plano de poder, eram moralizadas sob discurso religioso, pela sublimação da figura de Cristo e do cultivo da espiritualidade cristã, apresentados como valores máximos na propaganda integralista. Esta, bem como os órgãos responsáveis por difundi-la, objetivaram, entretanto, apenas aumentar o poder de influência e de doutrinação do integralismo. Sobre isto, Horkheimer (2011, p. 159) diz: “The so-called great individuals of today, the idols of the masses, are not genuine individuals, they are simply creatures of their own publicity enlargements of their own photographs, functions of social processes”¹¹.

No oitavo artigo, intitulado *Pensamento integralista: aportes e suportes para um movimento de direita*, da doutora em História Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro, intentou-se analisar fatores diversos sobre o integralismo, e entender como, no Brasil, foi possível articular um movimento com tantos adeptos. Segundo a autora, “Salgado, para convocar a vanguarda e preencher as fileiras militantes, elabora uma *teoria da crise orgânica da sociedade*” (CARNEIRO, 2012, p. 167). Essa teoria dizia respeito a dois Brasis que estariam travados em uma luta de classes, descrita por Salgado em sua obra *Psicologia da Revolução*:

O Brasil letrado, dos literatos, dos juristas, dos cientistas, dos grandes industriais e comerciantes, dos políticos e diretores de partidos — *êsse* Brasil procede do *século* XIX; é o Brasil constitucionalista, liberal, democrático, cientista, romântico, teórico. O outro Brasil, dos aglomerados municipais das populações disseminadas pelo imenso

¹¹ Tradução nossa: os chamados grandes indivíduos dos nossos dias, os ídolos das massas, não são indivíduos genuínos, são meras criações de seus agentes publicitários, ampliações de suas próprias fotografias, funções do processo social.

território das massas *proletarizadas*, dos bandos sertanejos — esse procede do século XVI; é o Brasil individualista, aventureiro, feiticista por índole, acomodaticioso às injunções *patriarcaes* ou imperativos *caudilhescos*. O primeiro é o Brasil formal; o segundo, o Brasil essencial (SALGADO, 1953, p. 129).

Para Salgado e os integralistas, o resgate da raiz nacional era primordial para um Estado brasileiro forte e integrado em direção ao estabelecimento de uma identidade nacional. O grande problema dessa visão é trazer consigo uma estrutura hierárquica que, ao mesmo tempo, parece defender as classes menos favorecidas e as usa como objeto importantíssimo em sua militância a fim de constituir uma política de valorização aristocrática. Segundo Carneiro (2012), essa classe seria como um “suporte e não como sujeitos de construção da nação. Necessários, mas não capazes de decisão”¹² (CARNEIRO, 2012, p. 168).

Como vimos anteriormente, vários projetos da AIB poderiam destacá-la como associação política assistencialista. Contudo, seu fascínio pelo poder absoluto assemelhava-se ao dos fascismos europeus. Carneiro (2012) esclarece as principais semelhanças entre o integralismo e esses regimes, e assim, diante da discussão apresentada até aqui, seria impossível não relacionar o integralismo às tipificações fascistas:

Ainda que os integralistas afirmem que seu movimento era completamente diferente do fascismo europeu, e mesmo antagônico, muitas de suas características organizacionais eram semelhantes. O uso do uniforme, o estabelecimento de uma hierarquia rígida a partir de um chefe único, representante pessoal da própria doutrina, a defesa do corporativismo, da democracia organiza (presentes tanto no fascismo quanto no “estatismo orgânico”), a organização de um contingente de militantes com propósitos de agir como força paramilitar são exemplos dessas semelhanças (CARNEIRO, 2012, p. 173).

Para os ideólogos integralistas como Gustavo Barroso, Miguel Reale e Salgado, aquilo que mais distinguia suas concepções ideológicas das convicções totalitárias europeias era a forte identificação com a espiritualidade. No nazismo havia o “mito nostálgico” da ideia de superioridade racial; no comunismo, o mito de uma constituição de sociedade sem classes como o ponto mais alto do progresso humano. O integralismo brasileiro sustentava o mito da

¹² Para ampliação do entendimento sobre o fascismo, remonta-se novamente ao fato de o partido nazista alemão ter em sua sigla a palavra “socialismo”. Conforme Leandro Konder, durante os períodos totalitários, as palavras “socialismo” e “nacionalismo” tinham um valor semelhante tanto para Mussolini quanto para Hitler: “Para Mussolini, as contradições da Itália, agravadas pela guerra e pela crise do imediato pós-guerra, se resumiam numa única luta entre a nação e a antinação (*lotta fra la nazione e l'antinazione*) [Opera Omnia, vol. XIV, p.172.] Processava-se uma *absorção do social pelo nacional*. A fórmula veio a se tornar um dos princípios básicos do fascismo e logo adquiriu notável influência em escala internacional. Hitler adotou-a e radicalizou-a, sustentando, já em 1922, que ‘nacional’ e ‘social’ eram conceitos idênticos (*‘National’ un ‘Sozial’ sind zwei identische Begriffe*). [Sozialismus, wie ihn der Fuehrer sieht, F. Menstre, ed. HeerschildMunchen, 1935, p.26]” (KONDER, 1977, p. 11). Essa concepção enfatiza que o socialismo pregado nos partidos fascistas e nazistas estava muito mais relacionado às políticas sociais para conquistarem apoio das massas (como, por exemplo, no caso da AIB, as políticas “assistencialistas” da CCCJ, da UOCB e da MNB, vistas anteriormente), do que de uma concepção pautada em luta de classes e defesa dos direitos humanos herdados da Revolução Francesa — características típicas e implícitas no socialismo como doutrina política clássica.

superioridade espiritual suplantando toda a cultura nacional da miscigenação, e com a finalidade da hegemonia cristã. Há isto, poderíamos chamar de *teofascismo*¹³.

Importante assinalar que Carneiro (2012) afirmar que espiritualidade integralista, além de cristã, era principalmente católica: “O alcance da AIB entre os católicos supera, e muito, a influência do integralismo em outras religiões [...] Os integralistas relacionavam os seus rituais aos da Igreja Católica: batismo, casamento e enterros” (CARNEIRO, 2012, p. 176). Para que a espiritualidade pudesse sobressair-se em relação ao materialismo, o integralismo via na conservação de princípios religiosos uma forma de criar o homem integral, em “obediência a uma ordem moral vinculada ao cristianismo e, através desta, à construção de um novo Estado, cristão e nacionalista: o Estado Integral” (CARNEIRO, 2012, p. 179). É o Estado Integral unificado com ações políticas por parte do homem integrado, responsável por acabar com os dois Brasis divididos. O “Brasil concreto”, pensado e doutrinado pelos integralistas, destruiria a luta de classes “ideologizada por aqueles que defendem a permanência das diferenças” (CARNEIRO, 2012, p. 182). Sendo assim, os integralistas tinham total disposição em controlar as ações públicas, pois, julgavam-se superiores e detentores não apenas da ideologia correta, mas da única espiritualidade verdadeira.

A concomitância dos ideólogos integralistas era principalmente com a classe média letrada. A ascensão do homem integral seria responsável por combater as desordens promovidas pelas lutas de classes, convertendo assim os setores sociais mais baixos. A justificativa de Plínio Salgado para tal aceção era que “a falta de cultura é o que levaria o operário a aderir ao comunismo” (SALGADO apud CARNEIRO, 2012, p. 183).

O nono e último artigo, *O neonazismo no Brasil, o caso da editora Revisão* também da organizadora da obra, Natalia dos Reis Cruz, denuncia o revisionismo histórico empreendido pela editora *Revisão*, cujas publicações negavam a história do nazismo com teses sobre inexistência de extermínio de judeus, ciganos homossexuais, etc.: “trata-se de uma editora situada em Porto Alegre, de propriedade de Siegfried Ellwanger Castan, um descendente de alemães, já falecido, que se destinava unicamente a publicar obras de conteúdo antisemita” (CRUZ, 2012, p. 190).

¹³ A palavra não existe nos dicionários, mas a ideia central do *teofascismo* poderia ser melhor trabalhada. O termo diz respeito, principalmente, a um mito de superioridade espiritual criado em favor de uma unificação teológica, centrada não apenas na noção do Deus uno, mas também, e principalmente, para favorecimento de um líder — político ou eclesiástico, ou as duas coisas simultaneamente — que representasse tal unificação. A relevância do termo é percebida pelos crescentes debates políticos, acadêmicos e sociológicos, no Brasil dos últimos anos, que rodeiam a temática. Mais especificamente, desde as Jornadas de Junho de 2013 e da ascensão da direita ao poder Executivo, a partir das eleições de outubro de 2018. Bancadas religiosas (principalmente evangélicas) conquistaram mais atenção nos debates públicos — o que não é ruim, nem antidemocrático — porém, tais movimentos agregam expressões autoritárias, que comungam com a ideia central do *teofascismo* aqui expressas, isto é, com a crença em uma superioridade espiritual que está acima de qualquer princípio democrático.

Antes da abertura da editora, no fim dos anos 80, Siegfried Castan lançou um livro chamado *Holocausto judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século*. Segundo Cruz (2012):

Este livro foi lançado por Castan em fevereiro de 1987 em Capão da Canoa (RS), a 150 km de Porto Alegre, no litoral norte, uma área de predomínio judaico. Segundo o próprio Castan, o lançamento do livro nesse local foi feito para “testar a repercussão junto aos judeus” [...] A primeira tiragem teria sido de 5000 volumes [...] a venda não passou de 350 volumes. Castan atribuiu esse fato a crise econômica da época, às vésperas do Plano Cruzado I, e ao boicote dos sionistas: a comunidade judaica não comprou o livro. Esta declaração merece ser ironizada, afinal, não faz sentido um autor de obras explicitamente antissemitas esperar que a comunidade judaica compre o livro, ajudando em sua divulgação (CRUZ, 2012, p. 190-191).

Por meio da editora *Revisão*, Castan lançou vários livros de conteúdo antissemita, inclusive obras de Gustavo Barroso, integralista da década de 20. Com essas publicações, Castan pretendia fomentar uma identidade nacional ambígua, que remeteria tanto ao povo alemão quanto ao brasileiro. Este último deveria passar a entender os alemães e o regime nazista paralelamente, diante de sua nova interpretação da história.

Para embasar sua defesa dessa nacionalidade híbrida, Castan recorreu à ideia de um inimigo externo, de uma conspiração contra às duas pátrias:

Segundo Castan e sua editora, o extermínio dos judeus não passaria de uma invenção construída pelos “sionistas”, os “eternos inimigos da Alemanha”, interessados em difamar a Alemanha e o povo alemão para dar continuidade ao seu projeto de “domínio mundial” (CRUZ, 2012, p. 194).

Valeu-se também da concepção de submissão e de subordinação dos dois países:

O autor (Castan) sugere uma clara ideia de ingerência dos americanos nos assuntos internos brasileiros em favor do “sionismo” [...]. A submissão e perda de soberania da Alemanha, por sua vez é tema constante para Castan. O maior exemplo é o título do livro *S.O.S para a Alemanha*, onde a sigla S.O.S significa, respectivamente, Separada, Ocupada e Submissa. Trata-se do diagnóstico que Castan faz da Alemanha atual, que estaria, segundo ele, submetida aos ditames das potências vencedoras da segunda guerra (CRUZ, 2012, p. 195).

Por fim, apelou à defesa da homogeneidade nacional: “Ele [Castan] critica veementemente o que chama de nacionalismo judaico e o que considera a dupla nacionalidade dos judeus. Chega a ironizar, chamando os judeus de ‘pessoas físicas multinacionais’” (CRUZ, 2012, p. 196). Conclui-se que, além da defesa da dupla nacionalização (a alemã e a brasileira), o livreiro buscou a vitimização da Alemanha, a negação da existência das atrocidades nazistas,

e a justificação das ações de guerra de Hitler pela necessidade de autodefesa contra as investidas dos judeus para controlar o capital e a cultura da nação alemã.

A editora *Revisão* alegava a utilização de critérios científicos na organização de seus livros, para falsear o teor político nazista e antissemita dos conteúdos publicados. “A editora adota um pressuposto teórico de cunho relativista com o objetivo de desqualificar a história do nazismo, que se baseia no reconhecimento da existência do genocídio” (CRUZ, 2012, p. 203). Além disso, para argumentar em defesa própria, a editora evocava o direito à liberdade de expressão, “A sua retórica ganhou campo no espaço político brasileiro, visto que a sociedade brasileira, recém-saída do período ditatorial, reagia profundamente a qualquer tentativa de repressão à livre manifestação de ideias” (CRUZ, 2012, p. 208).

O lamentável episódio de tentativa de revisão histórica, perpetrado por Castan e sua editora, deixam claro que tivemos, no Brasil, um movimento em prol do nazismo, com todos os elementos ideológicos clássicos: nacionalismo alemão, racismo e, principalmente, antissemitismo. Conclui-se que a falsa reinterpretação do passado não é uma tese de rememoração histórica, mas uma ideologia intolerante que visa hegemonizar seus ideais.

3 Considerações finais

A escolha da obra *Ideais e práticas fascistas no Brasil*, como objeto de pesquisa e ponto de partida para análise do fascismo, é relevante não só pelo alto grau acadêmico de seus autores, mas também no que diz respeito ao contexto político do Brasil atual. Inevitavelmente, o leitor atento aos acontecimentos políticos irá relacioná-los aos flertes fascistas dos integralistas dos anos 30, ou mesmo ao revisionismo histórico de certos grupos políticos atuais.

As investigações bibliográficas desta pesquisa objetivaram relacionar conceitos e descrever concepções historiográficas, a fim de ampliar conhecimento científico e conectá-lo ao cotidiano brasileiro.

Nas análises deste estudo ficou claro que não há conceituação definitiva para o fascismo e suas ramificações. De modo geral, o fascismo pode ser caracterizado como intrinsecamente radical e ultraconservador, amparado em mitos nacionalistas de cunho racialista, religioso ou político. Além disso, é pragmático, pela utilização de ferramentas diversas para se moldar a contextos políticos específicos, de modo que possa disseminar sua influência sobre as massas, essenciais para a concretização hegemônica. Konder (1977) resume de maneira bastante satisfatória o fascismo como “[...] movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário” (KONDER, 1977, p. 21).

Por fim, cabe aos historiadores e pesquisadores alertarem a sociedade diante de pensamentos que possam resultar em visões e concepções profascistas, ainda que, muitas vezes, suas pesquisas não desfrutem de boa aceitação do senso comum, sabotado pelo anti-intelectualismo fascista.

Portanto, o presente artigo cumpre sua função de conscientizar, esclarecer, politizar e mesmo polarizar. Isto porque, quando existe conflito entre pontos de vista divergentes sobre um assunto, significa que todos se voltaram para a mesma questão, e ao menos uma parcela desses observadores está em busca de soluções equilibradas. Isto ainda é melhor ambiente do que aquele no qual prevalece a passividade e a indiferença em relação aos acontecimentos históricos, propício para infiltração de condutas fascistas.

Referências

ARENDDT, Ana. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BERTONHA, J. F. Fascismo, antifascismo e os italianos no Brasil entre as duas guerras mundiais. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BULHÕES, T. S. Imagens a serviço da propaganda política da Ação Integralista Brasileira. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CALIL, G. O integralismo e a contrarreforma moral e intelectual nos anos 1950. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

CARNEIRO, M. R. S. R. Pensamento integralista: aportes e suportes para um movimento de direita. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CRUZ, G. R.; JESUS FILHO, J. M. Fascismos, Modernidade e “Pós-Modernidade”. A “Tentação Conservadora”. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CRUZ, N. R. A Ação Integralista Brasileira (AIB). Nacionalismo, Antissemitismo e Fascismo. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CRUZ, N. R. O neonazismo no Brasil, o caso da editora Revisão. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GUERELLUS, N. S.; HAAG, F. R. **História e historiografia do Brasil República**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos, o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. **Eclipse of reason**. New York: Oxford University Press, 2011.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARANHÃO, T. Apolíneos e dionisíacos: o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do “povo brasileiro”. **Análise Social**, Lisboa, v. 41, n. 179, p. 435-450, 2006.

ORWELL, G. **O que é fascismo? E outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PARTIDOS políticos. *In*: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidos-politicos-extincao>. Acesso em: 4 maio 2021.

PORTO, Walter Costa. **1937**. 3. ed. Brasília: Senado Federal; subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 4). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9. Acesso em: 3 maio 2021.

SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.

SANTANA, N. M. C. O nazismo no Brasil: uma breve leitura sobre a organização e a estrutura do partido. *In*: CRUZ, N. R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TRINDADE, H. **Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: DIFEL, 1974.